

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretário de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornalistas: Fabiane Burmester (4305-PR), João Paulo Nunes Vieira (11792-PR), Luís Lomba (99.667/92 - RJ),
Luiz Damasceno (MTb 14325) e Uanilla Pivetta (8071-PR). Diagramador: Rodrigo Romani (7756-PR) | Edição de vídeos: Luan P. R. de Souza.

Nº 1311

17 de novembro de 2022

Enviado em regime de urgência, PL 469 contradiz justificativa de Ratinho para privatizar escolas

Governo argumenta não dar conta de gerir escolas estaduais, mas quer ajudar redes municipais

Se a justificativa da Seed para vender 27 escolas baseia-se na sua incompetência para fazer uma boa gestão de toda a rede, por que o governo está tentando passar, na Alep, o Projeto de Lei 469, se propondo a ajudar municípios a fazer a gestão de escolas municipais? Enviado em regime de urgência, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na última semana.

A APP enviou a parlamentares da Comissão uma análise crítica do PL, que altera o programa Educa Juntos e atrela a educação dos municípios a programas da Seed.

“Evidencia-se a preocupação com o controle e a implementação de uma concepção educacional empresarial para todo o estado do Paraná; concepção a que temos feito seguidas e contundentes críticas por não promover a cidadania e autonomia das escolas, professores e seus estudantes”, afirma a nota da APP disponível nas redes sociais para consulta.

A APP considera que o Projeto de Lei 469 piora o Decreto 5.857, que instituiu o programa Educa Juntos em 2020 e garantiu a autonomia dos municípios na cooperação com o governo estadual.

“O PL institui no plano municipal o projeto de educação que está em curso no Paraná pela Seed, restando pouco ou nenhum espaço de autonomia para os municípios”, registra a avaliação feita pelo Sindicato.

A Seed quer obrigar os municípios a adotarem tecnologias, programas e plataformas utilizados pela Seed, como RCO, SERE, Redação Paraná, Inglês Paraná. Essa “plataformização” integra um projeto de mercantilização da esco-



Enviado em regime de urgência, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na última semana.

Foto: Divulgação

Ratinho Junior quer vender 27 escolas públicas do Paraná. Se esse negócio nefasto prevalecer, será o FIM das carreiras e da educação pública gratuita e de qualidade que tanto lutamos para construir. A escola é do povo, não de empresários!

la pública, que enriquece a iniciativa privada e empobrece o processo ensino-aprendizagem.

“Estes recursos tecnológicos que serão de obrigação dos municípios, poderão ou não ser custeadas pelo estado (art. 4º, §2º) o que abre a possibilidade que sejam cobradas pelo estado ou pelas empresas que disponibilizam ao estado estes programas e plataformas”, analisa a APP.

A medida vai custar cerca de R\$24 milhões. Os recursos já estão previstos na Proposta de Lei Orçamentária para o exercício de 2023.

A falta de representatividade democrática no comitê executivo do Educa Juntos é outro problema apontado pela APP. O comitê não inclui representação dos trabalhadores na educação nem da Assembleia Legislativa, por exemplo.

A APP critica também a tramitação do Projeto de Lei em regime de urgência, o que impede que o tema seja debatido adequadamente.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE PIÊN

A Presidenta da App Sindicato – Núcleo Curitiba Metropolitana Sul convoca toda a categoria da Educação Municipal de Piên para participarem de maneira presencial da Assembleia Municipal Extraordinária da Educação que acontecerá no dia 22 (Vinte e dois) de novembro de 2022 (Dois mil e vinte dois), com a primeira chamada às 18h (Dezoito horas) e em segunda chamada às 18h15 (Dezoito horas e quinze minutos) na Churrascaria Piucha, endereçada na Rodovia PR 281, Km 32, s/nº - (Salão de Evento) – Piên/ Paraná, para discutir coletivamente os seguintes pontos de pauta: 1) Conjuntura municipal; 2) Debate coletivo sobre a filiação da rede municipal à App Sindicato – Núcleo Curitiba Metropolitana Sul; 3) Eleição sobre a filiação da rede municipal a App Sindicato e 3) Encaminhamentos.

Simone Barbosa

Presidenta do NS Curitiba Metropolitana Sul

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE QUITANDINHA

A Presidenta da App Sindicato – Núcleo Curitiba Metropolitana Sul convoca toda a categoria da Educação Municipal de Quitandinha para participarem da Assembleia Municipal Extraordinária da Educação que acontecerá no dia 22 (Vinte e Dois) de Novembro de 2022 (Dois mil e vinte dois), com a primeira chamada às 18h (Dezoito horas) e em segunda chamada às 18h15 (Dezoito horas e quinze minutos) no local presencial para participação sendo este endereçado na Rua Marciano de Carvalho, s/nº -Vila Nova -Quitandinha/Paraná, para discutir coletivamente os seguintes pontos de pauta: 1) Informes sobre a negociação junto a Prefeitura referente ao pagamento retroativo do Piso Salarial Profissional Nacional; 2) Encaminhamentos.

Simone Barbosa

Presidenta do NS Curitiba Metropolitana Sul

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS(OS) TRABALHADORAS(ES) EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA FÁTIMA

A Presidente do Núcleo Sindical de Cornélio Procopio, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os/as Trabalhadores/as em Educação Pública da rede municipal de Educação de Nova Fátima, para Assembleia Extraordinária a ser realizada no dia 21/11/2022, às 16h45(dezesseis horas e quarenta e cinco minutos) em primeira chamada e às 17h15(dezessete horas e quinze minutos) segunda chamada, na Biblioteca da Escola Municipal Maria Pura Fraiz, localizado na Rua Pioneiro João Quani, nº706, Centro no Município de Nova Fátima/PR, com a seguinte pauta: 1) Eleição dos professores de educação pública para compor o CACS/Fundeb (2023/2026) - Lei Federal 14.113/2020; 2) Apontamentos para alteração na Lei da avaliação de desempenho - Lei Municipal 2.300/2021 ; e ;3) Informes Gerais.

Helena Aparecida Batista do Nascimento
Presidente Núcleo Sindical de Cornélio Procopio

CONVÊNIOS APP-SINDICATO

De plano de saúde a comércios e serviços variados, sindicalizados(as) da APP têm acesso a inúmeros convênios de abrangência estadual e regional. Acesse nosso site e confira!

